

Renegociação da dívida nos planos dos credores

Banqueiros dos EUA admitem um reescalonamento em condições melhores para o Brasil. Mas avisam: será um processo difícil.

Esse clima de transição política no Brasil, em meio à recalcitrante crise financeira, preocupa políticos norte-americanos e alguns banqueiros internacionais. Daqui até as eleições presidenciais ainda há muito tempo, e por isso mesmo os riscos parecem mais palpáveis.

Um banqueiro, que visitou o País recentemente e procurou falar com muitas pessoas dentro e fora do governo, notou fissuras nas paredes institucionais. Pareceu-lhe que muitos funcionários já pensavam em procurar emprego fora da administração, enquanto outros entravam em férias em momento delicado. Sua impressão pode ser confirmada pela avalanche de pedidos de empregos nas organizações internacionais como o Banco Mundial (Bird), o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo pedido de demissão de um funcionário importante da área econômica para formar uma empresa de consultoria privada.

Para muitos, o Brasil entra numa fase de maior incerteza semelhante à que ocorreu na Argentina antes das eleições. Isto significaria que os bancos e as autoridades financeiras internacionais terão de esperar pela formação do próximo governo para ver como ficam as coisas a prazo mais longo.

Alguns banqueiros simplesmente não acreditam que o Brasil cumprirá as metas acertadas ou por "acertar com o FMI este ano. "Em última instância — disse um bem situado funcionário de um grande banco norte-americano — o Brasil terá de obter um total reescalonamento de sua dívida."

Condições diferentes

Nesse reescalonamento, observou, as condições terão de ser outras. Essa estratégia de curto prazo teria de ser substituída. Seria necessário pensar nas necessidades do País a prazo mais longo. Há alternativas teóricas, algumas talvez inviáveis na prática, diz. Por exemplo, o Brasil poderia trocar parcelas da dívida pela participação dos bancos no capital de grandes empresas estatais. É o que os banqueiros chamam de *Debt for Equity*, isto é, "dívida em troca de capital acionário".

— Politicamente, acho a fórmula impossível de ser aplicada — afirmou a fonte.

Outra possibilidade é reduzir a taxa de juros que o País paga. Segundo ele, essa taxa gira hoje em torno de 13% ao ano e deveria ser reduzida para, digamos, 9%. O problema desta fórmula é que provavelmente implica perdas para o sistema bancário e, pelo menos nos Estados Unidos, a modificação de regulamentos bancários. Outro obstáculo é que outros países exigiram o mesmo tratamento. O isolamento do caso brasileiro não é impossível, na opinião do banqueiro, mas muito complicado.

A chamada terceira fase das negociações, cujo início estava previsto para o fim do ano passado ou começo de 1984 pelo secretário-adjunto do Tesouro, R. T. McNamara, não se desenvolverá senão muito mais tarde. "Vamos ver como estarão as coisas no segundo semestre", disse um banqueiro, que pediu para não ser identificado. Segundo afirmou, os bancos menores não querem sequer ouvir falar em terceira fase, por enquanto. Esses bancos já relutaram muito em participar da segunda, como se pode perceber pelo atraso na constituição do último pacote financeiro para o Brasil, cujos desembolsos iniciais estão agora previstos para março, quando devem ter saído pelo menos em dezembro de 1983.

Por causa desse atraso o Brasil terá de pedir novo waiver ao FMI por não ter cumprido a meta de dezembro, a fim de receber o primeiro desembolso da instituição previsto para este ano (uns 390 milhões de dólares). A dispensa do cumprimento seria concedida quase que automaticamente, mas o atraso dos bancos foi maior do que se imaginava e a administração do fundo teve de esperar por uma definição do setor privado antes de submeter o pedido de waiver à diretoria-executiva, segundo informaram fontes da instituição.

A missão do FMI que está no Brasil deve retornar na próxima semana a Washington e o Brasil terá de apresentar uma nova Carta de

Intenção com as posições trimestrais de junho e setembro.

Mas o fato é que, mesmo pessoas que acompanharam de perto as negociações, estão convencidas de que seu caráter terá de mudar. "Um reescalonamento a cada ano arrasa qualquer equipe governamental", disse um informante. "Tudo que se faz é apagar incêndio". Para que isso ocorra, o Brasil terá de, talvez, juntar esforços com outros grandes devedores, como Argentina e México, disse. Mas a liderança terá de partir do Brasil. Para isso, o próximo governo terá de ser forte, respeitado. A seu ver, a fase três só sai mesmo no próximo ano.

Começo retardado

Ele reconhece que as coisas poderiam ter sido bem mais fáceis para o Brasil, se o processo de ajustamento apoiado no FMI houvesse começado bem antes do momento crítico, como sugeriu o próprio diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière. "Veja o que aconteceu com a Índia, que foi capaz de dispensar o saque da parcela final do empréstimo do FMI", observou.

Uma fonte bancária observou também que o México conseguiu e o Peru está em vias de conseguir taxas de risco e comissões menores do que o Brasil. O México pelo menos passou pelos testes do FMI, mas o Peru não cumpriu suas metas econômicas. O México havia solicitado aos bancos dez anos de prazo com sete de carência, e spreads de 0,75% sobre a taxa preferencial de juros dos Estados Unidos (prime rate) e 1,25% sobre a Libor (London Interbank Offered Rate). Acabou aceitando prazo, de nove anos com cinco de carência (o mesmo concedido ao Brasil no jumbo de 6,5 bilhões e no reescalonamento da dívida de 1984), com spreads de 1,5% sobre a Libor e 1,125% sobre a taxa preferencial norte-americana. A proposta do comitê bancário para o reescalonamento da dívida peruana de 610 milhões de dólares, que vence em 1984, recomenda o mesmo prazo, com spread de 1,5% sobre a prime rate, 1,75% sobre a Libor e comissão (facility fee) de 0,75%.

Enquanto isso, como se sabe, tanto para o empréstimo jumbo de 6,5 bilhões de dólares como para o reescalonamento das amortizações de 1984 (aproximadamente 5 bilhões), o Brasil pagará 2% sobre a Libor e 1,75% sobre a prime com facility fee de 1%.

O impacto das dificuldades econômicas sobre o quadro político dos países devedores também preocupa membros do Congresso dos Estados Unidos. Há poucos dias, escrevendo no jornal *The New York Times*, o representante (deputado federal), Stephen J. Solarz dizia que "se os Estados Unidos permanecerem nas laterais da crise da dívida, o drama da democracia sul-americana pode terminar em tragédia". A seu ver, Washington pode influir positivamente de vários modos: 1) Usando sua força no FMI e junto aos bancos norte-americanos para facilitar a reestruturação da dívida latino-americana de modo a permitir prazos maiores de amortização e taxas de juros mais baixas; 2) Mudando os regulamentos da Junta de Reserva Federal para que os Bancos norte-americanos possam concordar com tal reestruturação sem ter de dar por perdidas as dívidas sul-americanas; 3) Revendo suas políticas comerciais e tarifárias para assegurar que o renascimento econômico e estabilidade política não sejam minados por medidas protecionistas inflexíveis e discriminatórias, e 4) Exercendo mais pressão sobre o general Pinochet para restaurar a democracia e assim prevenir uma explosão revolucionária estimulada pela repressão política e pela crise econômica.

— Nos anos 20, a democracia da Alemanha de Weimar foi seriamente comprometida pelas reparações de guerra impostas pelos aliados — disse Solarz. Se a crise da dívida sul-americana não for resolvida mais equitativamente, regimes autoritários xenófobos e repressivos são mais prováveis (na região).

A. M. Pimenta Neves, de Washington.